

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

É hoje unanimemente reconhecida a progressiva deterioração do serviço público postal em Portugal, designadamente depois da sua privatização.

São comuns as notícias de encerramento de estações dos CTT e os protestos das populações e dos seus autarcas pelo encerramento de múltiplos centros de distribuição e conhecidas as avaliações negativas à degradação dos indicadores de qualidade do serviço postal prestado pelos CTT, evidenciados nos relatórios da Anacom.

No município de Monchique o início do ano de 2021 ficou marcado pelo alerta dos autarcas do Partido Socialista para o encerramento do serviço de distribuição postal e a sua transferência para o município de Portimão.

Monchique é um território de baixa densidade, caracterizado por um povoamento disperso por toda a área do concelho, 395Km², num terreno montanhoso, onde aliás se encontra o ponto mais alto do algarve, a Foia, a 902 metros de altitude, e uma população residente idosa.

Por proposta dos eleitos do Partido Socialista a Câmara Municipal de Monchique aprovou por unanimidade. a moção “Pela defesa dos serviços dos CTT no concelho de Monchique”, onde se sublinhavam as implicações negativas do fecho do serviço de distribuição postal, nomeadamente na degradação dos prazos de distribuição do correio e no previsível aumento de extravios e devoluções.

Não nos parece aceitável, perante o esforço que o Governo tem efetuado de diferenciação positiva dos territórios do interior e de combate à desertificação humana dos territórios de baixa densidade, visando um desenvolvimento mais equilibrado, mais justo e mais sustentável do país, que uma empresa concessionária de um serviço público essencial às populações se retire deste esforço coletivo e abandone precisamente esta parte de Portugal já de si mais desprotegida, isolada e carenciada.

Salientamos que os CTT, enquanto empresa concessionária do serviço postal universal, estão obrigados a assegurar o cumprimento de um conjunto de obrigações estabelecidas na lei e no contrato de concessão, de entre as quais se destaca, desde logo, o de assegurar a prestação do serviço postal universal em todo o território nacional, assegurando a sua disponibilidade e qualidade através de um conjunto de pontos de acesso cuja densidade vá ao encontro e corresponda às necessidades dos utilizadores.

Ora, parece-nos evidente que o encerramento do serviço de distribuição postal de Monchique e a sua transferência para Portimão implicará uma clara degradação das condições de prestação dos referidos serviços, designadamente no que se refere à sua regularidade e fiabilidade, e logo num território onde as condições de igualdade e não discriminação, face às suas características, são ainda mais prementes.

Nestes termos, os deputados eleitos pelo Partido Socialista questionam o Ministério das Infraestruturas e da Habitação sobre:

A necessidade de reverter a decisão dos CTT de transferir a operação de distribuição de correio postal de Monchique para o concelho de Portimão, assim como dos seus profissionais afetos.

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

LUÍS GRAÇA(PS)

JAMILA MADEIRA(PS)

MARIA JOAQUINA MATOS(PS)

ANA PASSOS(PS)

FRANCISCO PEREIRA OLIVEIRA(PS)